

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

### GEENA SOCIAL: DIÁLOGOS ENTRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA E A QUESTÃO RACIAL

Luana Ferreira Braga Benirschke  
Mestra em Administração Pública - UFF

Claudia Henschel de Lima  
Professora Associada III. Departamento de Psicologia. UFF-Volta  
Redonda. Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional  
em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP/UFF.  
Docente Permanente do PPGP/UFRJ

#### RESUMO:

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado, que analisa o papel das comunidades terapêuticas na política de álcool e drogas no Brasil. A investigação articula-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 4 e 10) e propõe um diálogo entre a Reforma Psiquiátrica brasileira e a questão racial, evidenciando como a racionalidade punitiva moldou práticas manicomiais e políticas públicas, afetando desproporcionalmente a população preta e parda. O objetivo central é evidenciar como os processos de transformação da saúde mental no Brasil estão intrinsecamente ligados às dinâmicas raciais e sociais que perpetuam desigualdades estruturais. A proposta é tensionar a Reforma Psiquiátrica a partir da racialização da loucura e da institucionalização do desvio, contribuindo para a construção de políticas públicas mais inclusivas e antirracistas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com ênfase em revisão bibliográfica e análise documental. O recorte analítico concentra-se nas políticas públicas de álcool e drogas, considerando os atravessamentos históricos, morais e institucionais que sustentam práticas de exclusão. O estudo evidencia que a racionalidade punitiva, herdada do higienismo do século XIX, estruturou o arquipélago carcerário brasileiro, onde manicômios e prisões operavam como dispositivos de controle social. A população preta e parda foi historicamente associada à degenerescência e à loucura, sendo alvo preferencial das práticas manicomiais. O Hospital Colônia de Barbacena é exemplar dessa lógica, marcada por violações de direitos humanos e eugenia. A Reforma Psiquiátrica, impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental e formalizada pela Lei 10.216/01, representa uma ruptura paradigmática, mas ainda enfrenta desafios frente

# 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

ao racismo estrutural. A Reforma Psiquiátrica não pode ser dissociada da questão racial. A persistência de práticas excludentes e racistas no campo da saúde mental exige uma revisão crítica das políticas públicas. É urgente reconhecer que os dispositivos de cuidado e controle operam historicamente na marginalização de corpos negros. Assim, a luta antimanicomial deve incorporar a luta antirracista como eixo estruturante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Reforma Psiquiátrica; Racionalidade Punitiva; Saúde Mental;

## DESTAQUES:

- A pesquisa evidencia como a racionalidade punitiva moldou práticas manicomializadas no Brasil;
- Articula a Reforma Psiquiátrica à luta antirracista, propondo um modelo de cuidado inclusivo e emancipador;
- Utiliza abordagem qualitativa com análise documental e revisão bibliográfica para tensionar políticas públicas;
- Aponta a necessidade de políticas de saúde mental que reconheçam o racismo como estruturante da exclusão.

## DESENVOLVIMENTO:

A presente pesquisa parte da inquietação sobre como as políticas públicas de saúde mental no Brasil, especialmente aquelas voltadas ao uso de álcool e outras drogas, têm historicamente reproduzido práticas de exclusão e controle social, afetando desproporcionalmente a população preta e parda. O problema de pesquisa se inscreve na intersecção entre a Reforma Psiquiátrica brasileira e a questão racial, buscando compreender como a racionalidade punitiva — conceito que descreve a lógica de segregação e disciplinamento de corpos considerados desviantes — se manifesta nas arquiteturas institucionais do cuidado psiquiátrico e como essa lógica se articula ao racismo estrutural.

A racionalidade punitiva, conforme definida por Henschel de Lima *et al.* (2015), remonta ao higienismo do século XIX e à consolidação de dispositivos disciplinares como prisões, manicômios e abrigos para pobres. Essa lógica, que se perpetua até os dias atuais, opera na marginalização de sujeitos considerados indesejáveis, sustentando práticas de

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

UFF  
Universidade  
Federal  
Fluminense

institucionalização compulsória, medicalização excessiva e exclusão social. Michel Foucault, ao cunhar o termo “arquipélago carcerário”, descreve esse conjunto de dispositivos como tecnologias de poder que visam controlar e normatizar os corpos, especialmente aqueles que desafiam os padrões sociais estabelecidos.

No Brasil, essa racionalidade foi aplicada de forma contundente às populações preta e parda, que, apesar de constituírem a maioria demográfica, continuam a figurar entre os grupos mais vulnerabilizados. Dados do IBGE e do Banco Mundial revelam que essas populações enfrentam maior insegurança habitacional, menor acesso à educação, saúde e emprego, além de serem mais expostas à criminalização e à violência institucional. A psiquiatria, desde sua institucionalização no país, contribuiu para esse processo ao associar a loucura à degenerescência racial, como evidenciado nas teorias de Bénédict Morel e nas declarações de Henrique Roxo, que sustentavam a inferioridade intelectual da população negra.

A pesquisa tem como objetivo geral estabelecer um diálogo entre a Reforma Psiquiátrica e a questão racial, evidenciando como os processos de transformação da saúde mental estão intrinsecamente ligados às dinâmicas sociais que perpetuam desigualdades estruturais. Os objetivos específicos incluem: (1) analisar a presença da racionalidade punitiva nas políticas públicas de saúde mental, especificamente nas políticas sobre drogas; (2) investigar como a institucionalização do desvio se articula à racialização da loucura; (3) compreender os impactos da Reforma Psiquiátrica na superação dessas práticas; e (4) propor caminhos para uma reforma antirracista e inclusiva.

A metodologia adotada é qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise documental. Essa abordagem permite a apreensão de fenômenos sociais complexos, marcados pela subjetividade e pela historicidade, conforme destaca Minayo (2011). Foram examinados artigos acadêmicos, livros, documentos oficiais e dados estatísticos que compõem o campo da saúde mental e das políticas públicas. O recorte analítico concentra-se nas políticas voltadas ao uso de álcool e outras drogas, articuladas às dinâmicas de construção da ordem social e aos mecanismos de marginalização de determinados sujeitos.

A relevância científica da pesquisa reside na articulação entre saúde mental e relações raciais, campo ainda pouco explorado na literatura acadêmica brasileira. Ao tensionar a

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

Reforma Psiquiátrica a partir da questão racial, o estudo contribui para ampliar o debate sobre os limites e possibilidades da desinstitucionalização, propondo uma abordagem interseccional que considere raça, classe e como dimensões estruturantes das práticas de cuidado. A relevância social, por sua vez, está na possibilidade de influenciar a formulação de políticas públicas mais justas, que reconheçam e enfrentem o racismo institucional presente nas práticas psiquiátricas.

A análise histórica revela que, cerca de trinta anos antes da abolição da escravatura, já haviam sido instituídos o primeiro manicômio e o primeiro presídio do Brasil, evidenciando a articulação entre controle social e institucionalização do desvio. O Hospital Colônia de Barbacena, estudado por Daniela Arbex (2013), é um exemplo emblemático dessa lógica, tendo funcionado como um verdadeiro depósito de pessoas indesejadas, entre elas negros, homossexuais, prostitutas e pobres. As denúncias sobre as condições subumanas desses espaços, especialmente as realizadas em 1979, impulsionaram o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que viria a ser o principal articulador da Reforma Psiquiátrica.

A Reforma Psiquiátrica brasileira, formalizada pela Lei 10.216/01, representa uma ruptura paradigmática com o modelo hospitalocêntrico, propondo a construção de uma rede de atenção psicossocial baseada na liberdade, na dignidade e na inclusão. No entanto, como apontam David e Vicentin (2020), o racismo continua a estruturar práticas e lógicas manicomialistas, exigindo que a reforma incorpore a luta antirracista como eixo fundamental. A Carta de Bauru (1987), documento histórico da luta antimanicomial, já denunciava essa realidade, evidenciando que a psiquiatria foi utilizada como ferramenta de controle político de corpos negros.

A pesquisa também destaca a importância da desinstitucionalização como estratégia contínua, que não se limita à substituição de instituições, mas envolve transformações culturais, sociais e epistemológicas. Conforme Amarante (1997), trata-se de um processo que visa estabelecer com a loucura uma relação de troca, solidariedade e cuidado, rompendo com a lógica da exclusão. Para que essa transformação seja efetiva, é necessário reconhecer que os dispositivos institucionais de cuidado e controle operam historicamente na manutenção de práticas racistas, e que a superação dessas práticas exige a construção de políticas públicas antirracistas, interseccionais e participativas.

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

Em síntese, o estudo evidencia que a Reforma Psiquiátrica, embora tenha promovido avanços significativos na garantia de direitos e na construção de uma rede de atenção psicossocial, ainda enfrenta desafios estruturais relacionados ao racismo institucional. A articulação entre saúde mental e questão racial é fundamental para compreender os limites da reforma e para propor caminhos que efetivamente promovam a inclusão e o cuidado digno para todos os sujeitos, especialmente aqueles historicamente marginalizados. A pesquisa aponta para a necessidade de uma reforma psiquiátrica aquilombada, que reconheça a diversidade dos corpos e subjetividades e que se comprometa com a construção de uma sociedade mais justa, plural e solidária.

### REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Loucura, cultura e subjetividade. Conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In: FLEURY, Sônia (org.). *Saúde e Democracia: A Luta do CEBES*. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. pp. 163-186.

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro* / Daniela Arbex. – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

DAVID, E. DE C.; VICENTIN, M. C. G.. Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe3, p. 264–277, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pD3P9BXwjVWns4VKfL6jr4s/>

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HENSCHER DE LIMA, C. H.; *et al.* A Política Pública para a Direção de Tratamento às Psicopatologias no Brasil: Do Modelo Manicomial aos Centros de Atenção Psicossociais. 2012.

HENSCHER DE LIMA, C. H. *et al.* A Política Nacional para Álcool, crack e outras drogas no Rio de Janeiro e o retorno da racionalidade punitiva. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 7(3), 582-598, 2015. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-20157308> Acesso em 20 jun. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), p.621-626, 2011.

ROXO, H. de B. B. Perturbações mentais nos negros do Brasil. *Brazil Médico*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 17, p. 156-192, 1904.